

Sustentabilidade na formação de educadores portugueses

Maria Inês Oliveira Araujo
Universidade Federal de Sergipe
inez@ufs.br

Maria da Conceição Pereira Ramos
Universidade do Porto
mcramos@meo.pt

Resumo: As discussões sobre as questões socioambientais têm ocupado, no cenário mundial, uma posição de grande relevância e, conseqüentemente, surge a necessidade de desenvolver uma nova mentalidade ambiental que seja capaz de reduzir os avanços da depredação ambiental nos aspectos sociais e naturais. Nesse sentido, esta pesquisa buscou compreender em que medida os princípios da sustentabilidade e da cidadania planetária estão presentes na formação inicial de educadores do norte de Portugal. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com professores de três universidades portuguesas, responsáveis por disciplinas que em pré-seleção apresentaram indícios que vislumbram potencial para inserção das questões socioambientais no processo pedagógico. Os dados mostraram não haver intencionalidade de se inserir os princípios de sustentabilidade no currículo, mas, espontaneamente ou casualmente, as questões ambientais são inseridas nas discussões em sala de aula.

Palavras-chave: cidadania planetária; formação de educadores; sustentabilidade

Introdução

Na década de 1970, o paradigma que norteava a educação era o científico. Ensinava-se aos alunos a serem pequenos cientistas. Acreditava-se que, em acelerado avanço tecnológico, se a população soubesse fazer ciência teria maior sucesso na vida profissional. Para tanto, se fazia necessário professores aptos para formar o cidadão que a sociedade exigia. Porém, nesse mesmo momento, por emergirem no cenário mundial os danos e problemas oriundos do avanço tecnológico, a sociedade começava, ainda timidamente, a denunciar os agravos que esse avanço exercia sobre a natureza e sobre ela própria.

Dando continuidade ao que foi iniciado, a década de 1980 constituiu-se em um momento marcado pela reflexão. Discutia-se o ensino para além do desenvolvimento de competências e habilidades, voltado para o sentido e significado da aprendizagem, mediado pelos estudos de Paulo Freire, não apenas no aspecto da aprendizagem, mas também na formação do cidadão. Assim, as reflexões sobre a função social do ensino e da aprendizagem tomam assento nas discussões acadêmicas e adentram as salas de aula das universidades. Em paralelo, fortalecia-se a concepção da necessidade

de uma educação que efetivamente formasse o cidadão para agir e interagir com a realidade social vigente.

A educação, nos moldes em que estava sendo desenvolvida, não dava mais conta das necessidades e exigências da sociedade, pois não cumpria seu principal objetivo que era educar o cidadão “para” e “com” sua realidade, seu contexto social e ambiental. A crítica à educação geral fez o adjetivo ambiental se tornar eixo principal no processo educativo. Para Grün (1996), a Educação Ambiental veio como uma forma de alcançar os objetivos da educação geral, de resgate da qualidade. Concordamos com o autor quando argumenta não compreender a educação sem que ela seja ambiental, considerando que, desde o nascimento até a morte, o homem vive em seu ambiente e é nele que encontra explicações para suas atitudes. Explicitando a função do adjetivo, Reigota (2002) diz que o propósito é chamar a atenção para o componente “ambiente” no processo educativo, que é essencial a qualquer tipo de educação e que a educação geral desenvolvida tradicionalmente não considera, tratando-o de maneira periférica e desarticulada no processo pedagógico.

A educação escolar, na prática, está apenas informando o indivíduo e negligenciando sua formação, além de fortalecer a concepção dicotômica entre o ser humano e ambiente. Concordo com Leff (2001) quando afirma que é necessário reintegrar o ser humano à mãe natureza e aos ambientes integrados de processos biofísicos e sociais, dominados e excluídos pela racionalidade econômica e, dessa forma, introduzir o ser humano no ambiente em que a categoria sociológica esteja configurada por comportamentos, valores e saberes integrados à categoria ecológica do ambiente.

Os movimentos iniciados em 1970 despertaram para a necessidade de uma nova mentalidade ética para com o ambiente, e isso não poderia se consolidar se não houvesse uma ressignificação do conceito de meio ambiente. Faz-se mister compreender o ambiente além dos limites geodésicos e dar lugar à concepção complexa de rede de relações. Conceber o ambiente complexo preconiza uma nova visão de mundo e, conseqüentemente, sensibiliza o ser humano a adquirir uma ética que favoreça a qualidade na convivência com seus semelhantes e os elementos constituintes do planeta. Como afirmam Loureiro e Viêgas (2007 p. 25), a “(...) problemática ambiental incita a humanidade para uma compreensão mais abrangente, mais complexa e mais transformadora de mundo”. A concepção para além do biofísico exige que nos reconheçamos como pertencentes ao meio ambiente e não como simples habitantes que retiram dele seu sustento, e, nessa perspectiva, apenas utilizando os bens naturais ou construídos, sem nos preocuparmos em manter o ambiente saudável para toda a população terrestre. Compreender-se como integrante do meio é conceber o mundo como uma complexa rede diversificada, multirreferenciada e multidimensionada que forma teias de relações interdependentes. Ao adotar essa concepção de mundo, fica mais fácil compreender que à medida que o ser humano exerce pressão sobre os aspectos naturais sofrerá, como consequência imediata ou tardia, os efeitos dessa pressão, pois ao meio ambiente nem sempre são dadas as condições de recuperação natural, nem ele possui mecanismos para atender a exploração e expropriação sofrida

desregradamente, resultando na escassez de seus recursos e na elevação do custo do produto manufaturado para a população, sendo este destinado a apenas uma pequena parcela com poder de compra. Sato (2013) acrescenta que o uso indiscriminado da natureza provoca a injustiça ambiental.

A preocupação com o meio e com o desejo de encontrar caminhos viáveis e factíveis para reduzir os efeitos da degradação ambiental, incluindo degeneração do ser humano, tem se convertido, desde as últimas décadas até a atualidade, em um tema prioritário nas discussões acadêmicas e sociais. Concordando com Gutiérrez Pérez (1997), acreditamos que para se reduzir os impactos que o avanço tecnológico e científico, aliado ao modelo de desenvolvimento da sociedade, vem causando ao ambiente natural e social é necessário construir uma visão de mundo diferente da que a sociedade atual concebe. Uma visão de mundo em que a população planetária não adote o novo pelo novo, mas por estar convencida de que ao assumir as relações propostas por essa nova forma de ver o mundo deve preconizar a sustentabilidade socioambiental.

O avanço da ciência e da tecnologia incutiu na sociedade valores que incentivam o consumismo, levando o ser humano ao consumo exagerado. A questão ambiental tornou-se ainda mais preocupante quando se leva em conta que a população tem se descuidado de princípios básicos de convivência saudável e que seus membros têm buscado o sucesso pessoal sem considerar os danos que possam causar ao ambiente e, conseqüentemente, a seus iguais e a si mesmos. Esses danos são os responsáveis por gerar a crise ambiental.

Essa crise tem instigado os cidadãos, em geral, e os educadores, em particular, a reconsiderar os atuais modelos de interação com o entorno e a tomar uma posição mais crítica e comprometida no uso, na gestão e na conservação dos recursos naturais, no sentido de reduzir os impactos humanos no ambiente, tendo em vista que é urgente uma mudança se não de comportamento, mas de atitudes que levem o ser humano a interessar-se pelo mundo em que vive, cuidar de seus recursos naturais e conduzir-se, de modo solidário, aos interesses de forma responsável com todos os seres - sustentabilidade.

Assim, considerando o exposto, buscamos estudar como o norte de Portugal está desenvolvendo práticas pedagógicas que proporcionem a inserção do discurso da sustentabilidade na formação de profissionais da educação básica. Este artigo pretende compreender as concepções e práticas de professores universitários que vislumbram a inserção das questões ambientais, especialmente da sustentabilidade, no processo de formação profissional dos educadores. Para tanto, foi necessário explicitar, nas práticas e nas concepções dos professores universitários, tendências para a educação política em direção à construção da cidadania planetária.

Pesquisa

A pesquisa, de abordagem qualitativa e exploratória (MINAYO, 1994; ALVES-MAZZOTTI, A. J. e GEWANDSZNAJDER, 1999), teve como fundamento estudar as bases epistemológicas e pedagógicas da formação de educadores no norte de Portugal.

O aprofundamento da questão de pesquisa, do estudo sobre o contexto social e o reconhecimento do campo empírico (a fase exploratória) foram realizados mediante conversas informais com pessoas da comunidade universitária e da Escola Superior de Educação do Porto. Com base nas informações, foi possível inferir que, em decorrência da baixa natalidade em Portugal, o ingresso de alunos no Ensino Básico diminuiu. Em se tratando da rede pública, esse dado pode ser verificado pela ausência de escolas unitárias nos bairros, sendo comum encontrar os agrupamentos de escolas que funcionam como uma unidade com diferentes níveis e modalidades de ensino. Nesse contexto, a oferta de curso de formação de professores para disciplinas específicas foi reduzida.

Assim, o foco da pesquisa, que antes era formação de professores, foi direcionado para formação de educadores que eventualmente podem assumir a sala de aula. Como era pretensão da pesquisa fazer posterior comparação com o contexto educacional brasileiro, foi necessário mudar o campo empírico. Assim, a pesquisa foi desenvolvida com professores de cursos de Licenciatura em Ciências da Educação, pois tratavam da formação inicial para profissionais da Educação Básica. Nesse sentido, buscamos verificar como a prática dos professores das Universidades de Aveiro, Coimbra e Porto estão inserindo a discussão da sustentabilidade na formação dos educadores, considerando como elemento balizador que a “cidadania ambiental e a cultura da sustentabilidade serão necessariamente o resultado do fazer pedagógico que conjugue a aprendizagem a partir da vida cotidiana” (CRUZ PRADO, 1999 p. 59). Dessa maneira, conhecer o processo didático-pedagógico das disciplinas do curso de Ciências da Educação das três universidades foi o ponto de partida para compreender em que medida os cursos de Ciências da Educação do norte de Portugal estão preparando futuros profissionais para exercer a cidadania e incutir nos seus alunos os princípios éticos para formação ambiental.

Para chegar aos professores, primeiro analisamos os programas dos cursos e buscamos identificar as disciplinas que apresentavam potencial para discutir as questões relacionadas com a formação da cidadania planetária. Assim, a comunidade pesquisada foi formada por professores responsáveis por disciplinas que apresentaram potencial para refletir sobre questões ambientais e cidadania. Para selecionar as disciplinas, buscamos indícios nos títulos e, em seguida, verificamos os programas, escolhendo aquelas que explicitamente colocavam o tema ou indicativo no conteúdo, nos objetivos e na bibliografia.

Avaliando os programas dos cursos, foi possível inferir que são poucas as disciplinas que têm vocação para inserir as questões ambientais. Dessa forma, foram pré-selecionadas oito disciplinas, partindo do conteúdo presente no título. Das oito disciplinas pré-selecionadas, cinco foram escolhidas

para compor a amostra após análise dos programas. As disciplinas estão apresentadas no quadro abaixo, assim como as razões para a sua seleção.

Faculdade	Disciplina	Motivo
Do Porto	Seminário de Iniciação à Mediação e Formação: Temas e Problemas da Educação Contemporânea. Laboratório multimédia e educação Seminário de Iniciação à Mediação e Formação: Projectos de Mediação e de Formação. Educação, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	O título e a bibliografia sugerida.
De Coimbra	Teoria da educação Pedagogia e Dinâmicas Educacionais contemporâneas	Apresenta como objetivo discutir novas abordagens de educação e construção de valores.
De Aveiro	Disciplina Ética e Educação para Cidadania	Proposta de ensino semelhante a uma disciplina ofertada pelo curso de Pedagogia da UFS.

Após seleção das disciplinas, enviamos um e-mail aos professores responsáveis, solicitando uma entrevista, a qual foi gravada, transcrita e posteriormente encaminhada para os professores entrevistados. Em seguida, cada entrevista foi lida, corrigida ou acrescida de algum detalhe pelos pesquisados. Só após apreciação por parte deles, o documento foi utilizado como fonte de dados para pesquisa. Dessa forma, os dados foram colhidos por meio de entrevista semiestruturada que abrangeu questões relacionadas às concepções de educação ambiental e cidadania planetária e os princípios que norteiam essa abordagem de educação presentes nas práticas de sala de aula.

No que diz respeito às propostas oficiais, pudemos verificar que os cursos apresentam geralmente uma disciplina cujo título e ementas contemplam a formação ambiental. Porém, ao primeiro contato com os professores responsáveis, eles declararam que a referida formação não era escopo da disciplina, referindo-se à educação ambiental, mas que, de certa maneira, acabavam por abordar as questões ambientais sem que essas fizessem parte do repertório de conteúdos. Assim, de acordo com os resultados das entrevistas, foi possível inferir que não existe preocupação com as questões

ambientais, mas, segundo os professores entrevistados, mesmo de maneira não intencional elas são abordadas de acordo com a metodologia utilizada por eles. É possível verificar esse dado no depoimento do professor 4, quando argumenta:

“A temática do ambiente não é uma que eu aborde propriamente aqui na aula, nesse sentido de proteção daquilo que é o verde, essa parte mais de suporte biológico. Não é a minha área também, mas eu trabalho o ambiente no sentido do espaço em que se cresce e que de alguma maneira nos envolve, e, nesse sentido, sim, o tema da educação do ambiente ou de sermos capazes de ajudar a comunidade e a construção do pertencimento, do sentido. No fundo, a ideia do sentido é que para haver educação tem de haver sentidos e significados.”

O professor a dizer que a parte do verde não é do domínio mostra uma visão de ambiente naturalista, enfatizando as questões ecológicas, porém, em seguida, faz referência ao ambiente que nos envolve. O professor, nesse trecho de sua exposição, apresenta a ideia de ambiente sócio-ecológico de maneira dicotômica, mas ressalta o aspecto social do ambiente e vislumbra a possibilidade de sua disciplina contribuir para a formação geral do profissional.

Sobre os princípios da Carta da Terra, buscamos verificar como os discursos sobre a sustentabilidade estavam presentes nas concepções e práticas dos professores e como eles a relacionam com a cidadania planetária.

A noção de cidadania planetária sustenta-se na visão unificadora do planeta e de uma sociedade mundial. É um termo adotado para expressar um conjunto de princípios, valores, atitudes e comportamentos que demonstra uma nova percepção da Terra. Percepção essa que deve ser desenvolvida na escola, e, para tanto, é necessário que, desde a formação inicial, o profissional tenha acesso a metodologias participativas que vislumbrem a formação profissional consciente de sua função técnica e social. Nesse sentido, o professor 2, ao ser questionado sobre a importância dessas questões na formação profissional, afirma que:

“A questão da cidadania planetária é para mim uma discussão que por opção gosto de trabalhar o pequenino/acessível porque me parece que isso é que pode projetar alguma diferença no global.”

Esse depoimento mostra um passo em direção à formação ambiental, porém, não há indícios de que essa seja uma preocupação central dos programas curriculares. Essa falta de intencionalidade naturalmente fragiliza a construção de uma consciência mais responsável com o meio, visto que incutir no indivíduo uma nova percepção de mundo não é tarefa fácil. Como afirma Gadotti, trata-se de um ponto de referência ético indissociável da civilização planetária. Para o autor, [...] cidadania planetária tem a ver com a consciência, cada vez mais necessária, de que somos todos habitantes de

uma única casa, de uma única morada, de uma única nação. Não estamos no mundo; nós somos parte dele (GADOTTI, 2000 p. 135; 2009). O professor 1, ao explicar a metodologia adotada em suas aulas, ressaltou a importância do conflito para a construção da cidadania e o desenvolvimento da consciência crítica. Isso pode ser evidenciado no depoimento abaixo:

“É uma questão que também se coloca. E que posso, também, dar um outro exemplo em termos de conflito e da necessidade de participação. Estou plenamente de acordo que esses dois aspetos/objetivos surjam interligados, porque se trata de cidadania; a cidadania é participativa, interventiva, se consciente. Então, se assim é, tal pode ligar-se à questão do conflito (interno) valorativo. Quanto a mim, é extremamente positivo que o conflito possa aparecer porque nem sempre aparece.”

Portanto, a missão da educação para a era planetária é fortalecer as condições de possibilidade da emergência de uma sociedade-mundo composta por cidadãos protagonistas, conscientes e criticamente comprometidos com a construção de uma civilização planetária (MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003).

Não se pode pensar em cidadania planetária nem em Carta da Terra sem considerar as questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável e à sustentabilidade ambiental. A escola, apesar de suas limitações, deve priorizar a discussão sobre esses temas, visto que é urgente a mudança de atitude em prol de uma sociedade justa e igual. Porém, por ser o desenvolvimento sustentável fundado pela aliança das esferas políticas e econômicas, acreditamos que é mais profícua a discussão/reflexão do discurso de sustentabilidade na escola.

Nesse sentido, Araujo (2004) argumenta que o discurso da sustentabilidade, no contexto educacional, relaciona-se simultaneamente com as regras de formação de conduta ética-individual-social e os interesses do desenvolvimento sustentável. Esse discurso, mesmo padecendo de diversos problemas, configura-se como uma intervenção político-normativa, cujo escopo é minimizar as contradições do modelo de desenvolvimento vigente na sociedade, voltando-se para gerenciar os efeitos dos avanços tecnológicos e interesses econômicos sobre a degradação ambiental, no que diz respeito à exploração dos bens naturais, assim como à produção de resíduos poluidores.

A opção de verificar as questões sobre a sustentabilidade como discurso no contexto do ensino superior justifica-se porque seria ingenuidade atribuir à escola o poder de intervir no processo de desenvolvimento sustentável, que é sistema complexo e formado a partir da relação entre outros componentes: sociais, econômicos, políticos e tecnológicos. O desenvolvimento sustentável não se estabelece apenas no campo das ideias, pela mudança comportamental do indivíduo social, mas requer mudança de mentalidade em diversos setores da sociedade, os quais nem sempre estão sob o alcance direto da escola, mesmo que sejam afetos à educação.

Mediante a introdução do discurso da sustentabilidade, espera-se que os licenciandos construam uma nova visão de mundo e estimulem-se a agir de forma inovadora em diversos contextos sociais e

profissionais. Considerando que os professores não têm como prioridade inserir as questões de sustentabilidade e que elas vêm em tela ocasionalmente, como afirma o professor 3:

(...) eles próprios trazem muitas vezes o tema (porque são os alunos que trazem o tema para dentro da sala de aula), o que quer dizer que, do ponto de vista da comunicação social, das nossas preocupações, faz parte da nossa agenda. O problema é que eles olham para isto como dizendo respeito às responsabilidades individuais de cada um. Alguns falam: “Eu já faço! Lá em casa já faço a separação dos lixos e tal”. Assumem isto como uma responsabilidade individual, mas não têm uma consciência política daquilo que é a sustentabilidade. E também não é nesta unidade curricular que vão tê-la. É uma coisa que tem de ser objeto de discussão mais à frente. Nós, no curso das Ciências de Educação, temos uma optativa sobre as questões da educação sustentável.

De acordo com esse professor, essa discussão fica no campo da individualidade. Os alunos não percebem que a sustentabilidade é de responsabilidade de todos, que há necessidade de se desenvolver a responsabilidade coletiva. A educação como finalidade emancipatória, sob o enfoque da educação ambiental, caracteriza-se por uma proposta educativa que visa à sustentabilidade, mediante fortes propósitos de transformação social, pela participação ativa do indivíduo no processo de construção e reconstrução do ambiente próximo. O ambiente é tomado em rede de fenômenos complexos, sendo historicamente construído pelo homem. Essa tendência transcende a prática preservacionista, contemplativa e de gestão ambiental, procurando munir o indivíduo e a sociedade de saberes ambientais na direção de novos valores sociais, políticos e ecológicos.

Portanto, trata-se de introduzir o discurso de sustentabilidade que caminhe em direção à nova dignidade do ambiente, consolidada “quando se verificou que o desenvolvimento tecnológico desordenado nos tinha separado da natureza em vez de nos unir a ela e a exploração da natureza tinha sido o veículo da exploração do homem”. (SANTOS, 2003, p. 82).

O discurso da sustentabilidade pode ser entendido como uma proposta que envolve e sobre a qual incidem múltiplos fenômenos de ordem social, política, econômica e cultural; na qual, segundo Foucault (1996, p. 10-11), o discurso não é simplesmente aquilo que manifesta o desejo. É também o objeto de desejo. Não é o que se traduz nas lutas ou nos sistemas de dominação, mas aquilo de que queremos nos apoderar. Os discursos da sustentabilidade podem ser compreendidos como práticas geradoras de significados que se apoiam na relação valores-conduta para estabelecer regras de mudança no comportamento do ser humano em relação a um dado contexto socioambiental. Esse discurso teria o sentido que Foucault atribuiu ao discurso verdadeiro, aquele que “[...] profetizando o futuro, não somente anunciava o que ia se passar, mas contribuía para sua realização, suscitava a adesão dos homens e se tramava assim com o destino” (FOUCAULT, 1996 p.15).

Considerações finais

As conclusões preliminares sinalizam que os programas dos cursos não apresentam intencionalidade de inserir as questões ambientais e de sustentabilidade, o que preconiza uma formação ambiental incipiente para professores e educadores que possam atuar no ensino e estimular seus alunos em práticas participativas para a promoção de uma sociedade sustentável.

Diante da emergência de ações que possibilitem a efetiva formação de uma mentalidade que vise a sustentabilidade ambiental, faz-se mister que os currículos de formação profissional priorizem a inserção das questões ambientais como componentes curriculares e reconheçam que os conteúdos trabalhados em classe não são alheios ao contexto socioambiental ao qual o aluno pertence e, dessa forma, entender que não se pode educar ou formar personalidades dos cidadãos sem que essas estejam relacionadas com o contexto ambiental, o desenvolvimento profissional e de cidadania, sob pena de continuarmos sem formar profissionais críticos e conscientes de sua corresponsabilidade para com o meio.

Referências

- Araujo, M. I. O. (2004) *A dimensão Ambiental nos currículos de formação de professores de Biologia*, Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- Alves-Mazzotti, A. J. e Gewandsznajder, F. (1999) *O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2. ed. São Paulo: Pioneira.
- Cruz Prado, Francisco. (1999) *Ecopedagogia e Cidadania Planetária*, Cortez: São Paulo.
- Foucault, M. (1996) *A ordem do discurso*. Tradução Laura F. de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola.
- Freire, P. (1979) *Educação e mudança*. Tradução de Moacir Gadotti e Lílian Lopes Martin. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gadotti, M. (2000) *Pedagogia da terra*. 2. Ed. São Paulo: Petrópolis.
- Grün, M. (1996) *Ética e educação ambiental: a conexão necessária*. Campinas: Papiros
- Gutiérrez Pérez, J. (1997) Investigación evaluativa y mejora de programas de educación ambiental. In: GUTIÉRREZ, J.; PERALES, J.; BENAYAS, J. Y CALVO, S. Ed. *Líneas de investigación em educación ambiental*. Granada: Junta de Andalucía, Universidad de Granada, pp. 50-62.
- Leff, E. (2001) *Epistemologia Ambiental*. São Paulo. Cortez
- Loureiro, Carlos Frederico B.; VIÉGAS, Aline. (2007) A relação entre os conceitos de totalidade e de práxis e suas implicações para a Educação Ambiental: breve incursão na tradição dialética histórico-crítica. IN: GUERRA, Antônio Fernando S; TAGLIERBER, José Erno. *Educação Ambiental: fundamentos práticas e desafios*. Itajaí: Univali editor.

- Morin, E.; Ciurana, E.; Motta, Raúl Domingo (2003) *Educar na era planetária: o pensamento complexo pelo erro e incerteza humana*. Tradução Sandra Trabucco Valenzuela, São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO.
- Minayo, M. C. de S. (1994) Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. MINAYO, M. C. de S (Org.), Petrópolis: Vozes.
- Reigota, M. (2002) *Meio ambiente e representação social*. 5. ed. São Paulo: Cortez.
- Santos, B. de S. (2003) *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez.
- Sato, M. (2013) Consumo e Sustentabilidade. IN: ARAUJO, M. I. O.; CARVALHO, M. E. S.; SOUZA, A. C. (orgs) *Sustentabilidade, Consumo e Cidadania: reflexões e práticas do 4º Encontro Sergipano de Educação Ambiental*. São Cristóvão. Editora UFS